

Os impactos da pandemia nos Monumentos Nacionais de Portugal: respostas e medidas futuras

Jorge Santos | Sociólogo, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Observatório Português das Atividades Culturais, Lisboa, Portugal e Direção-Geral do Património Cultural | jaass@iscte-iul.pt

Com a chegada no início do ano da pandemia de COVID-19, e face a uma situação de emergência de saúde pública, é decretado um estado de emergência em Portugal que levou, a 14 de março, ao encerramento ao público dos Monumentos Nacionais [MN]. Após dois meses fechados puderam reabrir a 18 de maio, mediante o cumprimento de um conjunto rigoroso de medidas.

P

erante um período de encerramento forçado e uma reaberta ao público progressiva importaria conhecer de que forma os MN se posicionaram nesses dois momentos:

i) No primeiro, durante o período de encerramento, a generalidade dos serviços permaneceu em funcionamento, parte substancial em teletrabalho, várias foram as atividades divulgadas e realizadas privilegiando-se como meio as plataformas digitais. Que atividades promoveram e que medidas tomaram os MN durante esse período?

ii) No segundo, já depois da reabertura ao público, a atividade foi condicionada à implementação de medidas restritivas como a redução do número de visitantes e o distanciamento nas visitas presenciais. Que medidas e que políticas deviam ser adotadas para fazer face a estes novos desafios no curto e médio prazo?

Foi precisamente com o propósito de dar resposta a estas duas perguntas que o OPAC

– Observatório Português das Atividades Culturais incluiu um módulo com duas perguntas abertas no questionário de 2020 do estudo *Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público*. Os resultados que aqui se sintetizam foram já publicados!

O período de recolha de informação ocorreu entre 17 de abril e 20 de junho de 2020. O questionário foi aplicado em plataforma online. Quanto à amostra, foram 152 os MN que responderam ao questionário, obtendo-se 138 respostas válidas à primeira pergunta e 116 à segunda. A análise das respostas obtidas é qualitativa e organiza-se de acordo com 14 temáticas.

Tendo em conta a grelha de análise elaborada a partir das respostas, embora com diferentes investimentos consoante a dimensão e os recursos, e em diferentes combinatórias, mais abrangentes ou específicos, apresenta-se de seguida os principais resultados.

Quanto às atividades realizadas e medidas tomadas pelos MN durante o período de encerramento, salienta-se a:

- Aposta forte no uso de múltiplos serviços online, de forma a manter em funcionamento os MN;
- Aposta alargada na utilização das redes sociais (*Facebook, Instagram e Youtube*) para continuar a comunicar com os públicos;
- Aposta no aumento e diversificação de conteúdos digitais, culturais e não culturais, a serem disponibilizados;
- Aposta em serviços e atividades *offline*, relacionadas com a manutenção dos edifícios, a conservação dos acervos e a realização de inventários de bens;
- Aposta por parte das tutelas na adaptação dos recursos humanos e este novo cenário.



Os resultados do estudo permitem dar conta das respostas que os MN deram perante um cenário de pandemia e as medidas que tomarão após a reabertura. Percebe-se que existem posicionamentos diferenciados em virtude das soluções encontradas ou das medidas adotadas face a situações disparem em função das condições existentes em cada um dos MN.



No entanto, verifica-se igualmente, mas de forma menos alargada, outras duas situações durante aquele período em vários MN:

- A inexistência de serviços online;
- E outros sem serviços *online* autónomos, uma vez que dependem da respetiva tutela, quer em termos organizativos quer de estrutura (sítio na Internet, *Facebook*, etc.).

Em relação às medidas e políticas futuras a adotar por parte dos MN no pós-reabertura, destacam-se:

- Preparação dos serviços para a regresso das atividades presenciais num cenário de medidas mais restritivas;
- Continuidade e reforço dos serviços *online* após a reabertura ao público, incluindo as redes sociais;
- Implementação de medidas de segurança de proteção a funcionários e visitantes, em linha com as orientações das autoridades nacionais de saúde;
- Qualificação dos recursos humanos na área das tecnologias e melhoramento ou apetrechamento de novos equipamentos nos MN;
- Maior atenção aos públicos nacionais, e comunidades circundantes, com a adaptação de atividades a esses públicos;

• Preparação de serviços e atividades para os públicos, sobretudo por parte dos serviços educativos;

• Necessidade de implementar medidas públicas de apoio nos setores do turismo e da cultura para compensar os MN da abrupta quebra de visitantes, sobretudo estrangeiros.

Os resultados do estudo permitem dar conta das respostas que os MN deram perante um cenário de pandemia e as medidas que tomarão após a reabertura. Percebe-se que existem posicionamentos diferenciados em virtude das soluções encontradas ou das medidas adotadas face a situações disparem em função das condições existentes em cada um dos MN.

Quanto às soluções, constata-se a rápida adaptação aos meios digitais, com parte significativa dos MN a já dispor destes meios para manter a ligação com os públicos. A aposta focou-se nos serviços e atividades *online* e na comunicação digital. Ao invés, noutros casos, onde subsistem fragilidades, a resposta dada foi menor, por vezes tardia, e em alguns casos não houve qualquer resposta, em virtude da inexistência de serviços *online* próprios ou da sua tutela, condicionando assim a presença junto dos seus potenciais públicos. As razões centraram-se nas carências tecnológicas, tanto informáticas como da qualificação dos recursos

humanos para funcionar eficazmente com as mesmas.

Relativamente às medidas futuras, os serviços *online* e a comunicação digital devem manter-se, com medidas que permitam o seu reforço e alargamento, mas sempre em articulação com o acesso físico aos MN. A principal preocupação quanto à reabertura é a da necessidade de implementar medidas de segurança para funcionários e visitantes seguindo as orientações das autoridades de saúde. Relacionado com o regresso dos visitantes, e com a redução drástica do seu número, em especial dos turistas estrangeiros, é referida a necessidade da criação de medidas de apoio por parte das entidades estatais do turismo e da cultura. Com a reorientação das atividades para os públicos nacionais é mencionada também a necessidade de adequação de conteúdos e atividades, com ênfase nas comunidades locais ■

NOTA

1. Neves, J. S. (coord.), S. C. Macedo, M. J. Lima, J. Santos & A. P. Miranda (2020), *Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público: impactos decorrentes da COVID-19*, Lisboa, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.